

COMISSÃO DE CULTURA

PROJETO DE LEI Nº 2.185, DE 2024

Apensado: PL nº 2.570/2024

Eleva o “Festival de Cirandas de Manacapuru” - que se realiza na cidade de Manacapuru no Estado do Amazonas, à condição de, patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Autor: Deputado SAULLO VIANNA

Relator: Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER

I - RELATÓRIO

O PL nº 2.185, de 2024, de autoria do Deputado Saullo Viana tem por fito elevar à condição de patrimônio cultural imaterial do Brasil o Festival de Cirandas de Manacapuru, que se realiza na cidade de mesmo nome, localizada no Estado do Amazonas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD). Sua apreciação é conclusiva pelas Comissões e tramita sob o regime ordinário, conforme o art. 24, II e art. 151, III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

A proposição foi apresentada à Mesa em 04/06/2024. Em 02/07/2024 recebeu despacho pela distribuição às Comissões Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo recepcionado (03/07/2024) na Comissão de Cultura (CCULT).

Em 02/08/2024 foi apensado ao projeto original o Projeto de Lei nº 2.570/2024 que tem igual propósito e teor.



Em 22/04/2025 a Comissão de Cultura me designou Relator da matéria.

Não houve Emendas ao Projeto durante o prazo aberto para esta finalidade.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Coube-me, nesta Comissão de Cultura, a honra de elaborar o relatório referente ao PL nº 2.185, de 2024, de autoria do Deputado Saullo Viana que tem por objetivo elevar “à condição de patrimônio cultural imaterial do Brasil o Festival de Cirandas de Manacapuru”, que se realiza na cidade de mesmo nome, localizada no Estado do Amazonas.

A descrição da dimensão e do significado do festival para a cidade da Manacapuru e toda a região que a circunda é simplesmente impressionante, inclusive porque não se justifica que seja ainda tão desconhecido pela sociedade brasileira.

O evento é mais um da nossa tradição de grandes espetáculos populares a exemplo das escolas de samba e dos festivais de boi-bumbá. O Festival de Cirandas de Manacapuru reúne milhares de pessoas da região, que são “anfitriões” por uma das três Agremiações de Cirandas existentes na Cidade: a Flor Matizada; os Guerreiros Mura e a Tradicional.

Além dos brincantes locais, no último fim de semana de agosto, atrai para a cidade cerca de 60 mil turistas todos os anos. É considerado o segundo maior festival folclórico do Estado do Amazonas, menor apenas do que o Festival Folclórico de Parintins.

O Festival de Cirandas de Manacapuru detém um imenso potencial de crescimento em face da maior comunidade e menor custo que representa o acesso a esta cidade. A viagem de Manacapuru a Manaus pode ser feita de carro ou de táxi e a distância é de cerca de 101 km.



O Festival de Cirandas de Manacapuru, que em sua essência é uma forma de manter o sentimento de pertença comunitária e de preservar o universo cultural que é produto das culturas indígenas e ribeirinhas da região, merece ser visto, difundido, valorizado, defendido.

Portanto, nosso voto é pela REJEIÇÃO ao Projeto de Lei nº 2.570, de 2024, por tratar do mesmo objetivo, em termos idênticos, e pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.185, de 2024, na forma de Substitutivo anexo, que o adequa à legislação vigente, reconhecendo o Festival de Cirandas de Manacapuru como manifestação da cultura nacional.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
Relator



COMISSÃO DE CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.185, DE 2024

Reconhece o “Festival de Cirandas de Manacapuru”, que se realiza em Manacapuru, no Estado do Amazonas, manifestação da cultura nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecido como manifestação da cultura nacional o “Festival de Cirandas de Manacapuru”, que se realiza em Manacapuru, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Os poderes públicos envidarão esforços para apoiar a produção e divulgar a realização do evento nos meios de comunicação oficiais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER
Relator

